



CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento de Assuntos Legislativos

Piracicaba, 4 de junho de 2019.

Ofício D.L. 1810 / 2019
Ref. a Moção Nº 91/2019

Prezado Senhor,

Atendendo a deliberação do Plenário desta Casa de Leis, encaminhamos a Vossa Excelência, cópia da moção em epígrafe, de autoria do vereador **MATHEUS ANTONIO ERLER** e outros, aprovada em Reunião Ordinária deste ano legislativo.

Valemo-nos da oportunidade para renovar nossos protestos de estima e apreço.



GILMAR ROTTA
Presidente

Ao Senhor
Marcelo Ramos
Presidente da Comissão Especial – PEC 6/19
Brasília - DF.



CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

MOÇÃO Nº 91/19

De apelo à Comissão Especial, destinada a proferir parecer à PEC 6/19 (Proposta de emenda à Constituição) da reforma da Previdência, para que analise a inconstitucionalidade da proposta do governo federal.

Considerando que no dia 8 de maio foi realizada Audiência Pública, na Câmara de Vereadores de Piracicaba, para discutir a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 6/2019 sobre a reforma da Previdência e, ao longo de duas horas, o debate tratou sobre as mudanças propostas para a previdência do país e também demonstrou os impactos que poderão ser causados por essas mudanças.

A audiência contou com representantes do poder Executivo, como os secretários de Trabalho e Renda e de Assistência e Desenvolvimento Social, de diretório municipais, assim como representantes técnicos da OAB e do Ispasp (Instituto de Previdência e Assistência Social de Piracicaba) e professor de Direito Trabalhista, que defendeu a reforma. A população também participou com intervenções, dúvidas e contribuições.

A preocupação do impacto da reforma a nível municipal, estadual e nacional foi discutida e, ao final da reunião, a maior parte das análises apresentadas apontou que as mudanças propostas sustentam a ideia de capitalização, desmontam a contribuição tripartite (Estado, empresários e contribuintes) e desvinculam a legislação da Constituição.

Autor do requerimento 288/2019, que convocou a audiência pública, o vereador Matheus Antonio Erler afirmou que a reforma representa uma implosão do sistema solidário e causa incertezas políticas. Além disso, criticou o déficit na Previdência apresentado pelo governo federal para justificar as mudanças e destacou a necessidade de



CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

cobrar os principais devedores da Previdência e desonerações. Segundo dados apresentados pelo vereador na audiência, o Brasil tem como credor cerca de R\$ 500 bilhões e deixou de arrecadar, ano passado, cerca de R\$ 85 bilhões por conta de isenções tributárias para incentivar setores da economia.

Em especial, alguns pontos da reforma proposta pelo governo, foram citados como inaceitáveis. Como o fato de um menor de 16 anos ter que pedir a pensão por morte senão perde o direito de receber os retroativos, em que também altera-se o principal fundamento da concessão da aposentadoria especial, colocando idade mínima de 25 anos, derrubando o fundamento em que se aposenta com 25 anos para evitar que a saúde do trabalhador sofra os danos em decorrência do exercício.

Outro apontamento é a retirada do adicional nas aposentadorias por tempo de contribuição de insalubridade, periculosidade e penosidade. Trabalhadores expostos a agentes que colocam a saúde em risco, sofrem muito mais do que os que não estão expostos e merecem esse adicional.

Além disso, a diminuição do Benefício de Prestação Continuada e a majoração do tempo mínimo ou carência das aposentadorias por idade são fatos apresentados e discutidos durante a audiência que mostram que a PEC 06/2019 é inconstitucional e seus impactos, assim como das outras mudanças propostas, serão prejudiciais a maior parte da população.

Diante disso, submetemos à análise do Plenário, nos termos regimentais, a presente Moção de Apelo a proposta de Emenda Constitucional (PEC) e demandamos que a Comissão Especial,



CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

destinada a proferir parecer à PEC 06/2019, analise a inconstitucionalidade da proposta da reforma da Previdência.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2019.

(a) Matheus Antonio Erler

- (a) Adriana Cristina Sgrignero Nunes
- (a) Aldisa Vieira Marques
- (a) André Gustavo Bandeira
- (a) Ary de Camargo Pedrosa Júnior
- (a) Carlos Alberto Cavalcante
- (a) Carlos Gomes da Silva
- (a) Dirceu Alves da Silva
- (a) Gilmar Rotta
- (a) Isac Alves de Souza
- (a) Jonson Sarapu de Oliveira
- (a) José Aparecido Longatto
- (a) José Marcos Abdala
- (a) Laércio Trevisan Júnior
- (a) Lair Braga
- (a) Nancy Aparecida Ferruzzi Thame
- (a) Osvaldo Airton Schiavolin
- (a) Paulo Henrique Paranhos Ribeiro
- (a) Paulo Roberto de Campos
- (a) Pedro Motoitiro Kawai
- (a) Rerlinson Teixeira de Rezende
- (a) Ronaldo Moschini da Silva
- (a) Wagner Alexandre de Oliveira

08 DE MAIO DE 2019

Reforma da Previdência implode sistema solidário, diz Matheus Erler

Audiência pública na noite desta quarta-feira (8) revelou impactos das mudanças propostas pelo governo federal

EM PIRACICABA (SP)

Foto: Davi Negri - MTB 20.499

[Salvar imagem em alta resolução](#)



Audiência pública aconteceu na noite desta quarta-feira (8)

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 6/2019 – a reforma da Previdência proposta pelo governo federal – representa mais do que mudanças para a concessão de benefícios aos trabalhadores. Cria a capitalização e desmonta a contribuição tripartite (Estado, empresários e contribuintes) e desvincula a legislação da Constituição.

“Representa uma implosão do sistema solidário e causa incertezas jurídicas”, avalia o vereador Matheus Erler, autor do **requerimento 288/2019**, que convocou a audiência pública, na noite desta quarta-feira (8), na Câmara de Vereadores de Piracicaba, para discutir as mudanças apresentadas.

Ao longo de duas horas, o debate sobre a Previdência demonstrou os impactos das mudanças nos critérios para conceder a aposentadoria, como a idade mínima de 60 anos para mulheres e 65 para homens e a redução para um terço do salário mínimo para concessão do BPC (Benefício de Prestação Continuada) a partir dos 60 anos.

Erler criticou o déficit na Previdência apresentado pelo governo federal para justificar as mudanças. “Quando se mexe com números, é fácil manipular. O governo só calcula contribuições primárias e esquece outras, e aí temos um orçamento deficitário. Temos outras contribuições que sustentam a Seguridade Social, como a CSL (Contribuição Sobre Lucros), o Cofins, PIS/Pasep, concurso de prognósticos e lotéricas”, disse o vereador, presidente do Fórum Permanente da Previdência, do Idoso e do Trabalho.

O parlamentar também destacou a necessidade de cobrar os principais devedores da Previdência e desonerações. “O Brasil tem como credor cerca de R\$ 500 bilhões e deixou de arrecadar, ano passado, cerca de R\$ 85 bilhões por conta de isenções tributárias para incentivar setores da economia”, disse.

Representando a Prefeitura de Piracicaba, os secretários José Luiz Ribeiro (Trabalho e Renda) e Eliete Nunes (Assistência e Desenvolvimento Social) apresentaram a preocupação do impacto da reforma na situação do Município.

“O que vai trazer de benefício”, questionou José Luiz. “Não é a reforma que vai resolver o problema fiscal, mas é a retomada do emprego, com 12 milhões de desempregados nunca haverá superávit orçamentário”, disse o titular da Semtre.

Presidente da 8ª Subseção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Jefferson Goularte defendeu o debate sobre a reforma nas cidades, onde os efeitos das mudanças impactam a qualidade de vida do trabalhador. “Estamos organizando um seminário para discutir e vai gerar, com certeza, outros tipos de ações”, disse, ao salientar, ainda, a OAB considera a reforma inconstitucional.

O professor de Direito Trabalhista, Thiago Chohfi, defendeu mudanças na Previdência, lembrando que é necessário desonerar a folha de pagamento das empresas para estimular o desenvolvimento. “Não existe reforma definitiva, a sociedade muda e a previdência tem que mudar também. Tem gente vivendo mais”, disse.

Sindicalistas também criticam a reforma e apontaram as inseguranças ocasionadas pelas propostas do governo federal. “Não é melhor para nenhum trabalhador e não tenho dúvida que é equivocada”, disse José Antonio Fernandes Paiva, ex-vereador e 2 vice-presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O presidente do Sindicato dos Municipais de Piracicaba, Valdir Sgrigneiro, lembrou que a classe trabalhadora acaba penalizada por mudanças estruturais no Estado. “Em outras reformas, assim como essa, são sempre tirados os direitos de pobres e filhos de pobres. Quando entrei na Prefeitura, o desconto era de 8%, hoje é de 11%”, destacou.

Renata Souza, presidente do Siemaco Piracicaba, comparou os benefícios anunciados pelo governo federal com a reforma da Previdência com as mudanças que ocorreram nas leis trabalhistas. “Eu ouvi muita gente dizer que geraria emprego e agora a gente vê filas quilométricas e a precarização que isso tem se tornado”, lembrou.

A Confederação Brasileira dos Aposentados, que congrega cerca de 800 associações que atuam pela categoria no País, também organiza eventos contra a reforma da Previdência. “Essa reforma é perversa”, disse José Jair Azzi, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Piracicaba e Região – Eclética.

O presidente da Câmara de Vereadores de Piracicaba, Gilmar Rotta (MDB), classificou como “crime” a proposta de reforma da Previdência. “Por isso, temos que nos mobilizar e lutar para evitar que isso não aconteça. Mudar alguma coisa tem que ser feita, mas não do jeito que está sendo feita”, destacou o parlamentar.

A audiência contou com representantes de diretório municipais, assim como representantes técnicos da OAB e do Iasp (Instituto de Previdência e Assistência Social de Piracicaba). A população também participou com intervenções direto da Galeria do Plenário Francisco Antonio Coelho.

“Como resultado desta audiência, faremos uma moção contra a reforma da Previdência e convido, desde já, para que entreguemos pessoalmente em Brasília”, concluiu Erler.

LEIA MAIS:

BPC injeta R\$ 60 milhões ao ano na economia local, diz secretária
<http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/bpc-45011>